



## **RADICALISMO, IMPRENSA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AS IDEIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DIVULGADAS NO JORNAL “OPERÁRIO DA LIBERDADE” (PARANAGUÁ, PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1870)**

**RADICALISM, PRESS AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE POLITICAL AND  
ECONOMIC IDEAS DIVULGED IN THE NEWSPAPER “OPERÁRIO DA LIBERDADE”  
(PARANAGUÁ, PROVINCE OF PARANÁ, 1870)**

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES<sup>1</sup>

### **Resumo**

Neste artigo, desenvolve-se uma análise das ideias políticas e econômicas sustentadas no jornal Operário da Liberdade, que foi editado na cidade paranaense de Paranaguá, no segundo semestre de 1870. Partidário das propostas reformistas do Clube Radical do Rio de Janeiro, esse periódico também se ocupou dos problemas econômicos do litoral da Província do Paraná. Nesse âmbito, a finalidade deste trabalho consiste em avançar no entendimento acerca da difusão, nas províncias do Império, de críticas e alternativas ao modelo político-administrativo que vigorava no Brasil. Há dois argumentos fundamentados neste artigo. Primeiro, demonstra-se que a fundação do Operário da Liberdade foi uma iniciativa para repercutir as sugestões programáticas do referido clube. Esse periódico, portanto, promoveu a defesa do repertório de propostas da ala dissidente do Partido Liberal. Segundo, convém ressaltar que, nesse jornal, a crítica ao ordenamento político imperial era acompanhada pela denúncia do primitivismo econômico do litoral paranaense, sobretudo do município de Paranaguá. Essa denúncia era caracterizada pela censura à inação da elite local frente às demandas econômicas da região.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional; Imprensa radical; Província do Paraná; Reformismo imperial.

### *Abstract*

*This article analyses of the political and economic ideas sustained in the newspaper Operário da Liberdade, which was published at the city of Paranaguá at state of Paraná during the second half of 1870. Supporter of the reformist proposals of the Radical Club of Rio de Janeiro, this newspaper also dealt with the economic problems of the coast of the Province of Paraná. In this context, the purpose of this work is to advance the understanding about the diffusion, in the provinces of the Empire, of criticisms and alternatives to the political-administrative model that prevailed in Brazil. There are two arguments based on this article. First, the foundation of Operário da Liberdade was an initiative to reflect the programmatic suggestions of the aforementioned club. This journal, therefore, defended the repertoire of proposals from the dissident wing of the Liberal Party. Second, in that newspaper, the criticism of the imperial political order was accompanied by the denunciation of the economic primitivism of the coast of Paraná, especially in the municipality of Paranaguá. This denunciation was characterized by censorship of the inaction of the local elite in the face of the economic demands of that region.*

*Keywords: Regional development; Province of Paraná; Radical press; Imperial reformism.*

<sup>1</sup> Graduado (2009), Mestre (2012) e Doutor (2017) em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6790-4958>.



## Introdução

Neste artigo, realiza-se a análise das ideias de mudança política e econômica veiculadas no jornal *Operário da Liberdade*, que foi publicado na cidade paranaense de Paranaguá, no segundo semestre de 1870. Esse periódico era voltado à defesa das propostas do Clube Radical do Rio de Janeiro acerca da reforma no ordenamento político-administrativo do Império brasileiro. Um tema secundário nas edições desse jornal era o arcaísmo econômico do litoral da Província do Paraná e, em especial, do município de Paranaguá.

O objetivo deste trabalho é investigar a repercussão, na esfera provincial, das ideias em favor de mudanças na organização do sistema político imperial. Nesse âmbito, cabe demonstrar que a iniciativa para divulgar essas ideias estimulou a crítica à elite local, que foi situada naquele periódico como a responsável pelo atraso econômico da região litorânea da província.

Há dois argumentos fundamentados neste trabalho. Primeiro, destaca-se que a criação do *Operário da Liberdade* foi uma iniciativa para propagar, no nível regional, propostas de reformas na organização política do Império. Esse periódico promoveu uma defesa disciplinada de ideias que, desde o final dos anos 1860, eram sustentadas pelos membros do grupo dissidente do Partido Liberal. O propósito do jornal não era avançar no teor das críticas e das sugestões reformistas que caracterizaram o pensamento dos idealizadores do Clube Radical, então existente na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, uma função desse periódico era expor e avaliar ideias que já contavam com apoiadores na capital do Império e em províncias do Nordeste e do Sudeste.

Segundo, cabe evidenciar que o *Operário da Liberdade* não se limitou a endossar as ideias radicais propugnadas por uma fração de políticos liberais. Ele também foi o veículo por meio do qual eram tecidas críticas à elite social do litoral paranaense e à condição econômica dos municípios dessa região da província. A fundação desse jornal propiciou, ainda que de modo efêmero, a discussão de medidas para tornar a economia local mais próspera. Assim, convém demonstrar que o aparecimento do *Operário da Liberdade* favoreceu o reconhecimento dos entraves ao desenvolvimento da economia litorânea e a formulação de propostas direcionadas à superação desses obstáculos.

\*\*\*



Um tema capital no estudo sobre a vida política brasileira nas últimas décadas do Império é a formação do Movimento Republicano. Frequentemente, os estudos históricos situam os anos 1870 como a época em que houve, no país, intensa circulação de ideias reformistas, as quais diziam respeito a assuntos como o modelo político imperial e a abolição da escravidão. Trata-se, pois, do momento que corresponde à crise da Monarquia brasileira.<sup>2</sup> A ênfase nos projetos e movimentos políticos surgidos naquele decênio resultou na produção de análises acerca da organização regional da propaganda republicana. Concernente à história do Paraná provincial, a década de 1880 é reconhecida como o período em que os projetos reformistas tiveram maior adesão junto a políticos e jornalistas, por exemplo.<sup>3</sup>

Por outro lado, convém destacar que um avanço no estudo das ideias políticas no Brasil monárquico reside na análise das propostas veiculadas em jornais e associações, cuja criação data do final dos anos 1860. Nessa época, houve a formação de uma ala dissidente no Partido Liberal. Os seus integrantes defendiam que era urgente a realização de reformas no ordenamento político imperial. A concretização dessas reformas demandava a revisão da Constituição de 1824. O crescimento das adesões a propostas dessa natureza originou o Clube Radical do Rio de Janeiro, bem como motivou a fundação de entidades congêneres nas províncias de Pernambuco e São Paulo. O apoio de órgãos de imprensa foi crucial para a divulgação das ideias reformistas.<sup>4</sup>

Os trabalhos de José Murilo de Carvalho sobre o pensamento radical dos anos 1860 contribuem para a compreensão do conteúdo das sugestões programáticas que circularam no Brasil nos anos pouco anteriores à propagação das ideias republicanas. Os estudos desenvolvidos por esse autor propiciam um entendimento acerca da disseminação das propostas radicais em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, províncias que tinham uma posição central na vida política e econômica do Império. Essas províncias eram aquelas em que a divulgação do ideário radical estimulou a fundação de clubes e órgãos de imprensa cuja duração

---

<sup>2</sup> Para o entendimento do conteúdo dos projetos reformistas e das ideias políticas de seus principais defensores no contexto da década de 1870, ver ALONSO, Ângela. *As ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da Monarquia à Oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

<sup>3</sup> Ver CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2006.

<sup>4</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.



se estendeu por anos. Em síntese, a análise das ideias radicais iniciou-se por meio da atenção a regiões do Império nas quais os esforços para a discussão de sugestões reformistas foram mais longevos.

De sua parte, o presente trabalho consiste no estudo de uma breve iniciativa para a veiculação dessa agenda de propostas. Fundado e extinto no segundo semestre de 1870, o *Operário da Liberdade* circulou em uma província criada em 1853. Esse periódico surgiu em uma área cuja imprensa estava rudimentarmente estruturada. Tratava-se, pois, de uma província cujas dificuldades econômicas se tornaram objeto das críticas desse jornal.

A proposta deste artigo reside em analisar as ideias sustentadas por um periódico surgido em uma província na qual não existiam associações políticas para além dos partidos monárquicos. Nesse contexto, o Paraná não sediou agremiações destinadas à apresentação de propostas análogas àquelas discutidas nos clubes radicais instalados em cidades do Nordeste e do Sudeste. Portanto, este trabalho investiga a circulação de ideias reformistas em uma província marcada por inibições quanto ao desenvolvimento de sua imprensa, do seu quadro econômico e de sua dinâmica político-partidária.

A execução dessa análise subsidia o entendimento das circunstâncias que favoreceram a deflagração de uma iniciativa voltada a difundir projetos reformistas em uma província desprovida de associações políticas. Ou seja, convém identificar as condições sociais de produção do jornal *Operário da Liberdade*. Nesse âmbito, cumpre evidenciar os assuntos políticos privilegiados por esse periódico, assim como a conexão entre a abordagem desses assuntos e as sugestões para a transformação do quadro econômico local.

As fontes empregadas na confecção deste trabalho são as edições do mencionado jornal, bem como periódicos de circulação regional e nacional.<sup>5</sup> Essas fontes permitem identificar a repercussão das ideias radicais em distintas províncias, e também salientar a convergência de argumentos em defesa da reorganização política do Estado brasileiro.

### **O *Operário da Liberdade* no contexto da difusão das ideias políticas radicais**

---

<sup>5</sup> As edições do *Operário da Liberdade* aqui consultadas estão sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (Rua XV de Novembro, 621, Centro Histórico, Paranaguá, Paraná). Os demais periódicos arrolados neste artigo estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.gov.br> A grafia dos excertos de jornais transcritos neste artigo foi atualizada com a finalidade de facilitar o entendimento do seu conteúdo.



A análise da criação e circulação desse órgão de imprensa requer, preliminarmente, a construção de um panorama da cena política brasileira do final dos anos 1860. Nesse âmbito, cumpre estudar a composição do quadro partidário paranaense. Para tanto, trata-se de sustentar duas afirmações.

Primeiro, convém destacar que a formação do setor radical do Partido Liberal remonta ao período 1864-1868, época da vigência do Gabinete Ministerial presidido pelo senador baiano Zacarias de Góes de Vasconcelos (1815-1877), que estava filiado à Liga Progressista. A dissensão entre os liberais decorreu do fato de que uma parte dos correligionários defendeu maior celeridade na realização de mudanças na ordem jurídica e política do Brasil. A efetivação dessas mudanças exigiria a revisão da Constituição imperial de 1824.<sup>6</sup>

No final dos anos 1860, uma parcela dos liberais já se apresentava como *radical*, pois almejava redesenhar o modelo institucional vigente desde o Primeiro Reinado. A extinção do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado era defendida no projeto radical. Propunha-se, ainda, a introdução do voto direto e universal, a eleição dos presidentes de província, a liberdade de crença, de comércio e de ensino. Os radicais também pugnavam pelo fim do trabalho escravo. Por um lado, nota-se que eles ambicionavam tornar menos acentuado o controle do Estado sobre as atividades econômicas e educacionais. Por outro lado, a defesa da emancipação dos cativos representou um avanço em relação às propostas reformistas que os liberais moderados advogavam.<sup>7</sup>

Um dos principais entusiastas das ideias radicais era José Inácio Silveira da Motta (1811-1893), senador por Goiás. Ele pertenceu ao grupo que divergiu dos moderados. Liderada pelos promotores da reorganização administrativa do Partido Liberal, a ala moderada era constituída por indivíduos que não estavam comprometidos com a aceleração de reformas na estrutura político-administrativa do Império.<sup>8</sup> Para moderados como o senador baiano José Antônio Saraiva (1823-1895), os radicais manifestavam demasiadas restrições à Monarquia constitucional. Segundo esse parlamentar, havia fundamentos republicanos nas proposições

---

<sup>6</sup> BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 33.

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX*. Oxford: Center for Brazilian Studies, 2007 (working paper), p. 9-10.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.



radicais.<sup>9</sup>

Os liberais dissidentes tiveram o respaldo do *Opinião Liberal*, jornal fundado no Rio de Janeiro em 1866. Esse periódico tornou-se o primeiro divulgador do ideário dos radicais, os quais, a partir de 1868, se congregaram em um clube instalado nessa cidade. No ano seguinte, o surgimento dos jornais *Correio Nacional*, na capital do Império, e *Radical Paulistano*, no município de São Paulo, ampliou a veiculação das propostas reformistas. Em Campinas, no interior paulista, os entusiastas dessas ideias também se uniram para criar um clube e um jornal radical.<sup>10</sup>

Além da divulgação por meio da imprensa, as ideias radicais eram expostas em conferências ocorridas no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>11</sup> Realizadas de 1869 a 1870, essas conferências possibilitaram maior divulgação dos apelos por mudanças na ordem política do Império. Em síntese, a formação do grupo radical do Partido Liberal suscitou debates na imprensa, nas conferências populares e nas instituições legislativas. Nesse período, a fundação de periódicos de oposição denota a consolidação de uma esfera pública, a qual favoreceu a discussão de temas da política nacional.<sup>12</sup>

Em segundo lugar, cabe mencionar que o Gabinete presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos foi dissolvido em 16 de julho de 1868. Essa dissolução ocasionou o retorno do Partido Conservador à presidência do Gabinete, bem como promoveu a extinção da Liga Progressista. Por conseguinte, houve a restauração do Partido Liberal, agora acomodado no campo oposicionista. Essa restauração não significou o término das divergências entre radicais e moderados. Ao contrário, de 1868 a 1870 os primeiros permaneceram na condição de dissidentes daquela agremiação.

Nessa época, os dirigentes do Partido Liberal ambicionaram manter a agremiação ativa e internamente coesa. Para tanto, houve a formulação, em fins de 1868, de um projeto de reestruturação administrativa que resultou na criação do Centro Liberal, o diretório nacional do partido. Um objetivo dos líderes da agremiação era aumentar a capilaridade do partido no

---

<sup>9</sup> BRASIL. *Anais do Senado do Império*. Sessão de 6 de julho de 1869. Vol. 3. Brasília: Senado Federal, [s/d], p. 90.

<sup>10</sup> *Gazeta de Campinas*, Campinas, 31 out. 1869, p. 1.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar...* Op. cit., p. 43-45.

<sup>12</sup> Ver DIAS, Vera de Oliveira. *A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870: um estudo comparativo dos jornais Opinião Liberal e A Reforma*. 2008. 142f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2008.



interior das províncias. A conquista de adesões nas pequenas cidades era necessária para que o partido se tornasse eleitoralmente competitivo. Ao mesmo tempo, os próceres liberais tentaram regravar as interações entre as instâncias administrativas da agremiação. Buscava-se, pois, tornar mais organizadas e rotineiras as atividades dos diretórios regionais do partido.<sup>13</sup>

No campo das ideias programáticas, os moderados se mostraram defensores da abolição da escravidão, da reforma do Estado e da autonomia das províncias. A fundação do jornal *A Reforma*, em 1869, foi decisiva para a difusão das propostas reformistas dos liberais moderados.<sup>14</sup> A repercussão das ideias radicais estimulou os moderados a se comportarem como opositoristas empenhados na crítica ao trabalho escravo e na defesa de mudanças na organização política imperial.<sup>15</sup>

Quando os conservadores voltaram a comandar o Gabinete, os radicais prosseguiram na sustentação de seus projetos por meio de conferências e de órgãos de imprensa. A dissensão entre esses correligionários ocorreu em 1870, por ocasião do surgimento do Movimento Republicano. De fato, boa parte dos radicais aderiu ao *Manifesto Republicano* divulgado em 3 de dezembro daquele ano. A publicação desse documento inaugurou a propaganda sistemática em defesa do fim do Estado imperial. Porém, uma parcela dos radicais, a exemplo do senador Silveira da Motta, continuou ligada ao Partido Liberal.<sup>16</sup> Em síntese, a partir de 1870 a vida partidária brasileira foi marcada pela coexistência de conservadores, liberais e republicanos.

Compete, por conseguinte, estudar as características da cena política paranaense ao tempo da fundação de jornais e clubes radicais. Primeiro, convém destacar que o *Operário da Liberdade* foi criado quando a imprensa partidária do Paraná era muito incipiente. Nos anos 1860, houve esforços destinados a manter jornais conservadores e liberais em funcionamento. Contudo, esses periódicos comumente não ultrapassavam um ano de existência.<sup>17</sup> O citado jornal existiu no contexto em que eram pouco duradouros os debates políticos promovidos pelos

---

<sup>13</sup> ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 34.

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo... Op. cit., p. 7.

<sup>15</sup> Ver RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *O Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da Monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. 252f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>16</sup> José Inácio Silveira da Motta foi um radical que, além não ter assinado o *Manifesto Republicano*, tornou-se membro do diretório nacional do Partido Liberal, no começo dos anos 1870. Dessa forma, ele se integrou a uma cúpula partidária constituída majoritariamente por liberais moderados. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1872, p. 1.

<sup>17</sup> Em 1867, foram criados no Paraná os jornais *Imprensa Livre* (liberal) e *Phenix* (conservador). Ambos os periódicos foram extintos no ano de sua fundação. Ver PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: IHGEP, 1976.



órgãos da imprensa regional.

O *Operário da Liberdade* foi considerado por jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo como um legítimo divulgador das ideias radicais. Havia uma conexão entre os periódicos dedicados a propugnar reformas no Estado brasileiro. O proprietário e redator do *Operário da Liberdade*, o advogado João Antônio de Barros Júnior (1832-1912), enviou exemplares de seu jornal aos editores do *Correio Nacional*, do *Opinião Liberal* e da *Gazeta de Campinas*.<sup>18</sup> Em seguida, estabeleceu-se uma permuta de exemplares entre as redações desses periódicos.<sup>19</sup> Portanto, o citado bacharel foi reconhecido por outros jornalistas como participante de um movimento destinado à reivindicação de mudanças na organização política nacional.

Segundo, destaca-se que o aparecimento do *Operário da Liberdade* ocorreu em uma época na qual a vida partidária do Paraná era distinguida por acentuada influência de um seletor conjunto de parentelas. Nesse contexto, o Partido Liberal era localmente dirigido pelas famílias Alves e Marcondes, as quais se dedicaram à pecuária e à exportação de erva-mate. O Partido Conservador, por seu turno, era controlado pelos Correia e Guimarães, parentelas que atuaram no comércio de erva-mate.<sup>20</sup> Essas famílias comandavam os partidos monárquicos no Paraná, desde a época da criação da província.<sup>21</sup>

Convém destacar que o *Operário da Liberdade* circulou em um período no qual Paranaçu era um reduto eleitoral do Partido Conservador. Os Correia e os Guimarães eram originários desse município. Em verdade, na maioria das cidades do litoral paranaense essa agremiação era dominante. O Partido Liberal, por sua vez, era muito competitivo no planalto da província. No final da década de 1860, quando a agremiação já atuava como oposicionista, o principal indicador da força eleitoral dos liberais paranaenses era eleger a maioria dos vereadores de Curitiba, capital da província.<sup>22</sup>

Em síntese, o *Operário da Liberdade* foi publicado em uma localidade na qual os

---

<sup>18</sup> Em 16 de julho de 1870, o *Correio Nacional* noticiou a criação do *Operário da Liberdade*. *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1870, p. 3. Naquela data, o *Opinião Liberal* também destacou o surgimento do *Operário da Liberdade*. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1870, p. 4. A *Gazeta de Campinas* foi informada da existência do novo jornal em agosto de 1870. *Operário da Liberdade*, Paranaçu, 20 ago. 1870, p. 1.

<sup>19</sup> *Id.*

<sup>20</sup> Ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. 2014. 495f. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>21</sup> Acerca da origem das ligações familiares estabelecidas entre os membros da elite política do Paraná provincial, ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

<sup>22</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 16 set. 1868, p. 1.



liberais formavam um grupo político minoritário. Por conseguinte, cumpre investigar o modo de esse jornal concatenar a crítica à elite imperial, ao combate ao grupo que controlava as eleições e os órgãos da administração pública em Paranaguá.

### **A crítica ao modelo político do Império: exposição e defesa das bases do programa radical**

O *Operário da Liberdade* circulou, com periodicidade semanal, entre os dias 2 de julho e 31 de dezembro de 1870. Conforme destacado, o seu redator era João Antônio de Barros Júnior. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, ele iniciou o curso jurídico em São Paulo e concluiu na Faculdade de Direito de Recife, em 1864. Quando era estudante na capital paulista, adquiriu experiência na edição de periódicos, pois participou da criação do jornal literário *Lírio*, em 1860.<sup>23</sup>

Em dezembro de 1865, Barros Júnior foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Paranaguá.<sup>24</sup> Ele conquistou essa nomeação na época em que os membros da Liga Progressista controlavam o preenchimento das vagas nos órgãos dos governos imperial e provincial. No período em que viveu naquele município paranaense, Barros Júnior aproximou-se de integrantes do Partido Liberal. Ele afirmou que os irmãos Antônio Alves de Araújo (1819-1887) e Manuel Alves de Araújo (1832-1908), gestores locais da agremiação, fizeram parte do seu círculo social.<sup>25</sup> O fundador do *Operário da Liberdade* residiu em Paranaguá até janeiro de 1871, quando voltou ao Recife.<sup>26</sup>

A ascensão dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial e do Governo do Paraná foi sucedida pela exoneração de Barros Júnior do posto de juiz municipal e de órfãos. Datam de 1869 as derradeiras informações sobre a atuação desse bacharel à frente do cargo.<sup>27</sup> Nessa época, Barros Júnior já havia angariado desafetos em Paranaguá. Todavia, ele não contou

---

<sup>23</sup> FREITAS, Affonso de A. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Diário Oficial, 1915, p. 153.

<sup>24</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 13 dez. 1865, p. 2.

<sup>25</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 31 dez. 1870, p. 1.

<sup>26</sup> MARTINS, Romário. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944, p. 59-61. Entre as décadas de 1870 e 1880, Barros Júnior permaneceu atuante na magistratura em cidades do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos anos finais do Império, portanto, esse bacharel não estava proscrito dos esquemas de nomeações imperiais. Nesse contexto, ele também se manteve na defesa da criação de um Estado republicano e da abolição da escravidão. *Id.*

<sup>27</sup> Em dezembro de 1869, Barros Júnior solicitou licença do cargo por um mês para tratamento de saúde. Essa é a última informação publicada na imprensa paranaense acerca de sua atuação como juiz municipal em Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 8 jan. 1870, p. 1.



com o respaldo das autoridades provinciais para combater os seus críticos. Nota-se, pois, que nos seus últimos meses como juiz municipal Barros Júnior estava politicamente isolado.<sup>28</sup> Ao tempo em que o *Operário da Liberdade* foi publicado, ele atuava como advogado autônomo.<sup>29</sup>

De acordo com o historiador Romário Martins, o regresso de Barros Júnior ao Recife foi decorrente de um artil planejado por conservadores de Paranaguá. Esse advogado teria sido comunicado de que os seus familiares necessitavam de sua presença na capital pernambucana. Dessa forma, um grupo de governistas residentes naquela cidade teria divulgado uma informação falsa com o intuito de sabotar a atividade política ali desenvolvida por Barros Júnior. Dessa forma, a circulação do *Operário da Liberdade* gerou descontentamentos. Mais precisamente, membros da elite social de Paranaguá se mostraram contrários às análises e ideias políticas veiculadas nesse periódico.<sup>30</sup>

Cumprido salientar que nos anos 1860, o surgimento de órgãos da imprensa paranaense derivou de iniciativas de bacharéis em Direito que possuíam filiação partidária. Eles contribuíram para estimular, na esfera regional, a discussão de temas como a reforma das instituições imperiais. A fundação do *Operário da Liberdade* enquadra-se no contexto da circulação de bacharéis pelas províncias brasileiras.<sup>31</sup> Em grande medida, essa circulação decorria da conquista de nomeações para cargos públicos. Os bacharéis costumavam participar de atividades políticas e culturais nas cidades em que atuaram como advogados ou como integrantes do Poder Judiciário.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> Em março de 1869, em ofício enviado a Barros Júnior, o presidente do Paraná, Antônio Augusto da Fonseca (1830-1890), afirmou que o Governo não poderia iniciar um processo contra um indivíduo a quem o então magistrado acusava de calúnia e perjúrio, pois não recebera documentação sobre o caso. Fonseca recomendou que Barros Júnior oferecesse queixa-crime contra o seu contendor. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 7 abr. 1869, p. 2.

<sup>29</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 6 ago. 1870, p. 1.

<sup>30</sup> MARTINS, Romário. *Terra e gente...* Op. cit., p. 60. É preciso destacar que esse acontecimento não significou o afastamento definitivo de Barros Júnior da sociedade paranaense. Em 1890, no início do regime republicano, ele voltou a ser exercer um cargo na magistratura do Paraná. Esse cargo era o de juiz de direito da Comarca de Antonina. *A República*, Curitiba, 8 abr. 1890, p. 1. Ele também foi desembargador e presidente do Superior Tribunal de Justiça do Paraná de 1894 a 1903, quando se aposentou. Essas informações indicam a consistência dos vínculos de Barros Júnior com os republicanos paranaenses, visto que não ele demorou a participar dos esquemas de nomeações para cargos públicos que passaram a vigorar localmente após a queda da Monarquia. Ou seja, esse bacharel regressou ao Paraná na condição de alto funcionário público. Após sua aposentadoria, Barros Júnior permaneceu residente em Curitiba, onde faleceu em 1912. *Diário da Tarde*, Curitiba, 11 nov. 1912, p. 3.

<sup>31</sup> Os jornais *Imprensa Livre* e *Phenix* foram criados por jovens advogados ligados aos partidos Liberal e Conservador, respectivamente. Nos decênios de 1860 e 1870, no Paraná, era muito comum a fundação de periódicos e associações culturais por bacharéis em Direito. Ver CUNHA, André Gustavo Lescovitz. *Antônio Joaquim de Macedo Soares e o reformismo imperial na crise da escravidão: década de 1870*. 2020. 261f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

<sup>32</sup> Ver ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2019.



\*\*\*

Em seu primeiro mês de existência, o *Operário da Liberdade* ressaltou sua distância em relação aos liberais que participaram da criação do Centro Liberal. Ao mesmo tempo, destacou que as propostas reformistas que publicava eram tributárias das ideias dos radicais que desenvolveram uma atividade política ao tempo do Primeiro Reinado e das Regências. Os principais méritos que o citado jornal reconheceu no pensamento dos precursores do radicalismo eram a defesa da democratização do sistema político e da descentralização administrativa.<sup>33</sup>

Conforme mencionado, o *Operário da Liberdade* manifestou irrestrita adesão às críticas ao ordenamento político do Império, apresentadas nos periódicos e nas conferências radicais do final dos anos 1860. O combate à centralização administrativa efetuado pela imprensa radical era visto por esse jornal como uma reabilitação do programa político dos liberais exaltados da década de 1830.<sup>34</sup>

Um aspecto peculiar aos editoriais dos periódicos radicais era a ideia de que a reforma política deveria resultar na extinção da interferência do imperador sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário. Uma convergência entre essas publicações consistia em qualificar a Monarquia brasileira como *absolutista*, pois o imperador seria um governante dotado de excessivo poder.<sup>35</sup>

Em o *Operário da Liberdade*, as atribuições de D. Pedro II eram consideradas muito amplas. As prerrogativas do monarca como chefe dos poderes Executivo e Moderador seriam prejudiciais à existência de uma ordem política liberal. Esse periódico, em consonância com a agenda dos radicais, era contrário ao desenho do Estado imperial, formulado na Constituição de 1824. O *Operário da Liberdade* defendeu que o modelo político-administrativo inerente a essa Constituição legitimava o autoritarismo do Governo central. Dessa forma, o abandono do

---

<sup>33</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 23 jul. 1870, p. 1. Um dos componentes do projeto dos exaltados era a implementação de um modelo político de caráter federalista. Eles advogavam que a institucionalização desse modelo era imprescindível à consolidação de um governo democrático. Ver BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 2022.

<sup>34</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 23 jul. 1870, p. 1.

<sup>35</sup> O editorial do *Opinião Liberal* de 12 de julho de 1867 reconheceu elementos absolutistas na monarquia constitucional brasileira. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1867, p. 1. O *Radical Paulistano* também salientou que o caráter absolutista estava arraigado no Estado imperial. *Radical Paulistano*, São Paulo, 19 abr. 1869, p. 2.



absolutismo e a instauração de um regime democrático demandavam uma reforma constitucional. Atente-se, pois, à seguinte passagem do editorial que o jornal publicou em 2 de julho de 1870:

Salvemos a democracia; e para isso é necessário que todos reconheçam uma verdade profunda, verdade que os fatos estão confirmando continuamente: a necessidade indeclinável de reformar a nossa constituição política; ao contrário, nunca teremos um governo liberal, viveremos sempre proscritos, porque essa lei fundamental, em vez de garantir a soberania e independência da Nação, favorece no seu poder de *livremente* escolher senadores, dissolver câmaras, perdoar os culpados, suspender magistrados, sem entretanto ter a mínima responsabilidade! É preciso acabar com a monstruosidade desse poder, fonte de todos os males. Monstruosidade que pretende fazer de um homem pecável um homem de Deus!<sup>36</sup>

Esse excerto evidencia que o periódico estava comprometido com a defesa das pautas básicas do radicalismo, dentre as quais se encontra a crítica à prerrogativa do imperador de nomear senadores. Tal prerrogativa foi situada por aquele jornal como evidência de que o sistema eleitoral brasileiro era farsesco, pois o resultado de uma votação para o Senado poderia ser desprezado em benefício de um candidato preferido por D. Pedro II. A faculdade de o imperador negar a nomeação senatorial ao primeiro colocado de uma lista tríplice foi percebida pelo *Operário da Liberdade* como uma arbitrariedade chancelada pela Constituição.

O excerto supracitado contém uma crítica às atribuições que o imperador detinha como chefe do Poder Moderador. Dentre essas atribuições, estava a de dissolver a Câmara dos Deputados e o Gabinete Ministerial. O crescimento da oposição dos deputados gerais ao Gabinete era um fator que ocasionava a intervenção do imperador. Uma maneira de pôr fim a essa crise consistia em dissolver ambas as agências, convocar eleições parlamentares e compor um novo Gabinete. Durante o Segundo Reinado, houve onze ocasiões em que o imperador realizou essa dissolução.<sup>37</sup>

Entretanto, o *Operário da Liberdade* salientou que a pacificação de contendas entre os poderes Legislativo e Executivo não seria uma justificativa plausível para a interrupção dos mandatos dos deputados gerais. A iniciativa de extinguir uma legislatura e convocar eleições seria uma intromissão indevida de D. Pedro II no sistema político. A disposição para abreviar

---

<sup>36</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 2 jul. 1870, p. 1. Grifo no original.

<sup>37</sup> Acerca dos fatores que provocaram a dissolução da Câmara dos Deputados e do Gabinete Ministerial durante o Segundo Reinado, ver FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. 2012. 351f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



uma legislatura seria um indício do autoritarismo do imperador, bem como demonstraria que a vida parlamentar não possuía plena autonomia. Ao mesmo tempo, a suspensão das atividades de um Gabinete era vista por esse jornal como uma interferência exacerbada do chefe do Poder Moderador sobre o trabalho dos ministros. Assim, verifica-se nos editoriais daquele periódico a ideia de que o caráter instável da vida política do país era derivado, em larga medida, das ações unilaterais do imperador.

Por outro lado, a moderação não seria o caminho para a reorganização do Estado imperial. O *Operário da Liberdade* publicou editoriais nos quais a ala moderada do Partido Liberal era percebida como inapta para oferecer alternativas aos problemas políticos do país. Nesse cenário, a alternância entre liberais e conservadores no comando do Gabinete apenas contribuiria para a continuidade desses problemas. Em 3 de setembro, o jornal sustentou que o Poder Moderador impedia o andamento das reformas. A existência desse poder seria um obstáculo para que os partidos, quando exerciam a presidência do Gabinete, executassem com autonomia os seus programas de governo:

Sobem liberais e conservadores a essas altas esferas do poder, e lá sentem-se magnetizados por uma influência *superior*, que os peia na livre prática das suas atribuições governamentais – o Poder Moderador. E vive a Nação exposta aos *vaivéns* do infortúnio, sem receber os alentos vigorosos da liberdade e do progresso. O povo soberano que concorre constantemente com seu sangue e com todos os sacrifícios, aí está manietado como um servo! Os seus direitos sagrados não passam de mera fantasia! A Constituição do Império outorgou-lhe, é verdade, uma soma de direitos; mas, que ficam sendo eles, diante do poder da *força*, que tudo faz e desfaz?<sup>38</sup>

O *Operário da Liberdade* ressaltou que grande parte da elite política do Império não estava dedicada à tarefa de revisar o texto constitucional. Os integrantes dessa elite estariam satisfeitos com a sua condição de *áulicos* de D. Pedro II.<sup>39</sup> Eles não teriam a disposição de sustentar uma plataforma de mudanças que ocasionasse a redução das competências desse governante. Conforme esse raciocínio, os partidos monárquicos eram liderados por indivíduos cuja falta de comprometimento com as reformas radicais aumentava a dissociação entre os cidadãos e o Estado. A elite imperial não teria o intuito de combater uma situação política marcada pelo autoritarismo do monarca. Ao contrário, ela contribuiria para a perpetuação desse cenário.

---

<sup>38</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 3 set. 1870, p. 1. Grifos no original.

<sup>39</sup> *Id.*



No editorial de 17 de agosto, o redator do *Operário da Liberdade* argumentou que o Governo central se mostrava infenso às aspirações populares por reformas políticas. A recusa da elite imperial em efetuar a revisão constitucional tornaria ainda maior o afastamento entre o Governo e a sociedade. Segundo Barros Júnior, as críticas ao imperador eram numerosas por causa da ausência de mudanças na ordem constitucional. O Estado imperial era classificado por esse redator como uma estrutura que não acompanhou a passagem do tempo. Dessa forma, a suposta disposição do Governo central para efetuar reformas seria apenas uma impostura. Em suma, a conservação de um modelo institucional centralizado e anacrônico seria nociva ao país. A esse respeito, cabe atentar ao seguinte excerto do mencionado editorial:

A paciência do povo brasileiro ocasionou o que a Nação presencia com a maior mágoa. O povo dizendo que o rei vai errado. O rei dando a entender que quem erra é o povo! [E] o que pedimos? A execução franca e leal da Constituição. Leis complementares em harmonia com ela e nela prometidas solenemente. Que objeção pode levantar-se a tão justo pedido? O poder que não pode sustentar-se perante a democracia legal só apresenta uma teimosa resistência! De um *status quo* universal, finge o poder uma política de reformas que ele não quer, e não conhece, tentando unicamente pôr óbices a esse movimento progressivo da sociedade. [...] O que nos resta? Só nos resta emendar dois erros – o Imperador e a Constituição.<sup>40</sup>

Em seus primeiros números, o *Operário da Liberdade* conferiu maior atenção aos assuntos candentes dos jornais radicais editados nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse âmbito, a crítica ao Poder Moderador obteve especial ênfase. O combate à existência desse poder era a principal forma de aquele periódico fundamentar uma condenação ao sistema político imperial e, particularmente, às atribuições constitucionais do imperador. Desde a sua criação, o *Operário da Liberdade* teve como objetivo central a identificação dos problemas derivados do funcionamento desse sistema.

Esse periódico não divulgou propostas detalhadas sobre as mudanças na ordem política estabelecida pela Constituição imperial. A defesa da revisão constitucional não era marcada pela indicação pormenorizada dos artigos do texto que deveriam ser alterados. Contudo, o jornal ressaltou que a extinção do Poder Moderador era uma etapa decisiva para a consolidação de um modelo de Estado no qual não houvesse condições para o exercício do poder pessoal de D. Pedro II.

Em o *Operário da Liberdade*, as análises dos problemas da administração pública e da vida política imperial também eram desenvolvidas a partir da crítica à Guarda Nacional. Nesse

---

<sup>40</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 17 set. 1870, p. 1.



periódico, tal instituição foi percebida como desprovida de uma estrutura profissional, e cujo funcionamento trazia prejuízos aos seus integrantes e à sociedade como um todo. O jornal buscou evidenciar que o Governo imperial era incapaz de tornar mais organizadas e úteis as suas próprias instituições. Em um editorial datado de 17 de dezembro, encontram-se as seguintes observações:

A Guarda Nacional, como se acha instituída, é uma violência atroz que não só acabrunha o cidadão brasileiro, como também traz prejuízos ao Estado. O guarda nacional que é alfaiate, carpinteiro ou lavrador, no dia que faz guarda deixa de trabalhar, perde o seu salário e fica prejudicado. O Estado também perde, porque, desde que não haja trabalho, sofrem as indústrias do país e definham. [...] Não saberá disto o sr. D. Pedro II? É provável que não saiba – o trono está tão altamente colocado que lá não pode chegar os gemidos do povo que sofre!<sup>41</sup>

A enumeração dos percalços enfrentados pelos membros das camadas populares que atuavam na Guarda Nacional foi um recurso para denunciar o mau funcionamento dessa instituição. O redator do periódico buscou evidenciar que a falta de disposição da elite imperial para empreender reformas políticas tinha consequências negativas, as quais atingiam diferentes estratos da sociedade.

Em o *Operário da Liberdade*, era rara a publicação de análises de problemas sociais. O jornal não conferiu especial atenção a temas como o da escravidão. Todavia, ocasionalmente ele divulgava mensagens antiescravistas. Nesse periódico, a defesa da emancipação dos cativos está contida nas referências elogiosas às iniciativas de compra e concessão voluntária de cartas de alforria. Similarmente ao caso do jornal *Opinião Liberal*, o *Operário da Liberdade* não aceitava anúncios de compra, venda e fuga de escravos.<sup>42</sup> Desse modo, os seus editoriais eram destinados apenas à crítica das instituições políticas e à proposição de medidas para a reforma do Estado.

Nas ocasiões em que abordou temas sociais, esse jornal atribuiu ao Governo do Império a culpa pelo precário desenvolvimento de áreas como a educação, notadamente a instrução

---

<sup>41</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 17 dez. 1870, p. 1.

<sup>42</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 23 jul. 1870, p. 1. A principal manifestação do *Operário da Liberdade* em favor da abolição da escravidão está contida em seu primeiro editorial, publicado em 2 de julho de 1870. Nesse periódico, a defesa do fim da escravidão foi realizada em conjunto com a justificação das demais propostas dos liberais radicais. Em o *Operário da Liberdade*, o tema da abolição não ganhou maior ênfase para além desse editorial. Leia-se, assim, o seguinte extrato da defesa das propostas radicais: “O princípio da representatividade tem sido sempre iludido; urgem, pois, as reformas radicais: o sufrágio direto e generalizado, a abolição da Guarda Nacional, o ensino livre, a descentralização; a abolição da escravatura, a temporariedade do Senado e muitas outras reformas defendidas brilhantemente pela escola radical [...]”. *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 2 jul. 1870, p. 1. Grifos nossos.



primária. O periódico destacou a relação entre as deficiências do ensino público e a situação política do Brasil. Consoante essa ideia, a precariedade da educação brasileira criava inibições intelectuais em boa parte da população, a qual tinha limitações para compreender e se mobilizar contra os problemas políticos do país. Tal situação, portanto, favoreceria a continuidade do Estado imperial.

O Governo central foi reconhecido pelo *Operário da Liberdade* como o responsável pelo fato de uma massa de indivíduos estar desprovida dos rudimentos da educação formal. A esse respeito, leia-se a seguinte afirmação publicada na edição de 10 de setembro: “O cidadão é tímido porque é ignorante, e por isso desconhece a soma de direitos que o cercam na sociedade”.<sup>43</sup>

Conforme esse entendimento, a conscientização política dos membros das camadas populares iria levá-los a reconhecer a pertinência das reformas no Estado brasileiro. Eles perceberiam que a existência de instituições como a Guarda Nacional era um contrassenso, pois ela seria um órgão dotado de uma estrutura arcaica. A manutenção dessa estrutura imporá sacrifícios àqueles que possuíam as mais baixas patentes.<sup>44</sup> O *Operário da Liberdade* sustentou o argumento segundo o qual uma parcela dos problemas sociais e políticos do país decorria da falta de reformas que tornassem o Estado menos centralizado. Nos editoriais desse periódico, afirmava-se que a demora em executar essas reformas agravaria uma situação marcada por autoritarismo político e atraso social.

### **Do ceticismo quanto à viabilidade das reformas políticas ao envolvimento na causa republicana: o desfecho das atividades do *Operário da Liberdade***

Os editoriais desse jornal sustentavam o argumento de que uma Constituição é um artefato humano, um produto da imaginação política. O desenvolvimento da sociedade exigiria permanentes mudanças na organização institucional de um país. Por consequência, não haveria razão para que, transcorridas quase cinco décadas desde a sua outorga, o texto da Constituição de 1824 estivesse em grande medida preservado. Consoante o redator do jornal, “Essa Constituição é feitura do homem, e suscetível, por isso, de reformas, conforme o progresso e as

---

<sup>43</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 10 set. 1870, p. 4.

<sup>44</sup> *Id.*



luzes do século, que vão iluminando horizontes desconhecidos”.<sup>45</sup>

Em o *Operário da Liberdade*, a defesa da reforma constitucional era acompanhada pela exposição de dúvidas quanto à disposição dos líderes dos partidos monárquicos de empreenderem mudanças na ordem jurídica e política do Império. O Centro Liberal, por exemplo, careceria de uma mensagem contundente acerca da necessidade de reformas. Naquele periódico, os membros da cúpula do Partido Liberal, a exemplo de Zacarias de Góis e Vasconcelos, eram vistos como descompromissados com a concretização do projeto de reorganização do Estado brasileiro. Assim, a postura moderada da agremiação quanto ao tema das reformas contribuiria para a permanência do modelo político advogado pelos conservadores.<sup>46</sup>

As análises políticas veiculadas naquele periódico eram caracterizadas pela ideia de que a oposição precisava se apresentar como defensora de reformas radicais. Era crucial demonstrar a pertinência de um programa de mudanças institucionais. Entretanto, um impeditivo para que essas reformas acontecessem seria a intenção dos situacionistas de bloquear o acesso da oposição às instâncias do Poder Legislativo. A fraude eleitoral seria o expediente por meio do qual esse bloqueio ocorreria.

Nos editoriais e nas colunas anônimas do *Operário da Liberdade*, fundamentava-se o argumento de que os situacionistas maculavam o sistema eleitoral ao criar entraves para a ação política da oposição. As fraudes nos resultados das eleições, combinadas à intervenção dos governos central e provincial nessas disputas, dificultariam o fortalecimento da oposição. Tal situação impediria que o tema das reformas radicais fosse discutido com maior frequência nas instituições legislativas. Um texto anônimo publicado na edição de 12 de novembro contém a síntese das críticas ao sistema eleitoral avalizadas pelo *Operário da Liberdade*. Cabe dedicar atenção às seguintes observações desse autor desconhecido:

As eleições são uma perfeita mentira diante das usurpações e da compressão do poder. Para traçar-se um outro caminho é necessário reformas completas, e não reformas isoladas, ou parciais, que não prestam. A propósito das eleições, citemos as palavras do ilustre senador Silveira da Motta: “A Guarda Nacional, o recrutamento e a polícia fazem os deputados. Nas Câmaras os ministros exploram as dependências e fazem as maiorias. O que fica sendo as eleições? Um escárnio”. [...] Precisamos quebrar as cadeias que nos prendem, e substituí-las pela segurança e garantia dos direitos de cada cidadão. Só o Partido Radical nos pode dar essa felicidade.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 3 set. 1870, p. 1.

<sup>46</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 9 jul. 1870, p. 1.

<sup>47</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 12 nov. 1870, p. 3.



O *Operário da Liberdade* sustentou a ideia de que o sistema eleitoral do Império era marcado pela fraude e pela violência. A intimidação dos eleitores pelas forças policiais e a adulteração de resultados seriam evidências da contaminação desse sistema. Esse jornal destacou que, no Paraná, a oposição possuía condições de suplantar os conservadores em colégios eleitorais como o de Curitiba. Ou seja, haveria uma base eleitoral suficientemente forte para que os antagonistas do Partido Conservador assegurassem uma presença relevante nas instituições legislativas.

No entanto, o periódico reconheceu que as fraudes neutralizavam o crescimento do eleitorado oposicionista. Mais precisamente, os governos central e provincial dariam anuência para o cometimento de ilícitos nos pleitos eleitorais. Na edição de 10 de dezembro, o *Operário da Liberdade* ressaltou que os liberais eram maioria em Curitiba. Assim, na eleição primária eles poderiam formar um colégio eleitoral constituído majoritariamente por oposicionistas.<sup>48</sup>

Todavia, o emprego de estratagemas como a exclusão de votantes liberais pelas Juntas de Qualificação impossibilitava a consolidação do predomínio eleitoral dos oposicionistas no Paraná.<sup>49</sup> Ao discorrer sobre as fraudes supostamente praticadas na eleição primária, realizada na capital paranaense em 1870, o redator do jornal formulou as seguintes considerações:

Quer suba o Partido Conservador, quer suba o Partido Liberal há de encontrar à sua disposição todos os elementos de compressão que consolidam o governo pessoal. A convicção profunda que temos dos vícios das nossas instituições, a experiência do governo de *um homem* que avassala tudo, nos faz confiar somente nas ideias radicais. [...] Fique aos liberais mais esta amarga experiência, e convençam-se que é preciso lutar, e lutar seriamente, como verdadeiros patriotas, pondo de parte essas meias reformas para salvar o futuro do Brasil.<sup>50</sup>

Quando teceu críticas mais incisivas à organização das eleições brasileiras, o *Operário da Liberdade* já havia abandonado a defesa das reformas no Estado imperial. Nos últimos meses de 1870, os editoriais do periódico foram distinguidos pela ideia de que a continuidade desse

---

<sup>48</sup> Nesse contexto, as eleições ocorriam em duas etapas. Na eleição primária, os votantes escolhiam os eleitores do colégio. Na eleição secundária, os eleitores votavam nos candidatos aos cargos legislativos. Nesse contexto, a Junta de Qualificação era a responsável pelo arrolamento dos indivíduos aptos a atuarem como votantes. Acerca do sistema eleitoral do Brasil monárquico, ver NICOLAU, Jairo. *As eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

<sup>49</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 10 dez. 1870, p. 1.

<sup>50</sup> *Id.* Grifos no original.



modelo de estado tornava infrutíferos os esforços pela democratização da vida política nacional. A manipulação de resultados eleitorais e a ingerência do imperador na relação entre a Câmara e o Gabinete seriam indícios de que o país possuía um sistema político corrompido e autoritário.

O referido jornal sustentou continuamente a ideia de que a classe política era conivente com a interferência do monarca no funcionamento das instituições imperiais. Os chefes partidários estariam mais interessados em concretizar suas ambições particulares do que em criar dispositivos legais que impedissem tal ingerência. O periódico considerava que os membros da elite imperial estavam “cegos pela ambição do mando e do feudalismo de família que querem ver sempre entronizado”.<sup>51</sup> Desse modo, a ênfase nos objetivos privados tornava essa elite inábil para executar reformas no Estado.

Conforme o *Operário da Liberdade*, essa elite também não se dispunha a compreender os problemas e reivindicações oriundas das províncias. O apreço pelas vantagens decorrentes da proximidade com o imperador impedia que os líderes nacionais dos partidos monárquicos se mostrassem sensíveis às demandas em prol da descentralização política. A síntese dessa crítica está contida na seguinte passagem de um texto que o periódico publicou em 12 de novembro: “Gema o povo, sofram as províncias, contanto que se esbanjem os dinheiros públicos na organização da maçonaria dos áulicos”.<sup>52</sup>

O *Operário da Liberdade* divulgou análises caracterizadas pelo argumento de que eram inócuas as tentativas de regenerar esse sistema político. Por conseguinte, a alternativa mais factível seria instituir outro modelo. Nesse contexto, Barros Júnior declarou sua adesão à causa republicana. Em 24 de dezembro, o seu jornal divulgou de maneira efusiva o *Manifesto* produzido pelo Clube Republicano do Rio de Janeiro. A defesa da derrubada da Monarquia foi situada por aquele jornal como um requisito para a fundação de um regime verdadeiramente liberal. A extinção do Estado imperial seria a maneira de pôr fim a um absolutismo respaldado por uma Constituição que a elite imperial se eximia de reformar.<sup>53</sup>

Em suas últimas edições, o *Operário da Liberdade* sustentou que o repertório programático dos radicais era incompatível com a Monarquia. Atente-se, assim, ao modo como o periódico noticiou a iniciativa daquele clube de fazer a propaganda em defesa da instauração de uma ordem política republicana: “A gloriosa bandeira que hoje se levanta nesta América

---

<sup>51</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 13 ago. 1870, p. 1.

<sup>52</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 12 nov. 1870, p. 1.

<sup>53</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 24 dez. 1870, p. 1.



escravizada é um acontecimento Providencial – ilumina as trevas do presente, e mostra ao mundo os pólipos monstruosos do atual sistema monárquico – inadmissível”.<sup>54</sup>

A adesão daquele periódico ao ideário republicano era sustentada pelo argumento de que a Monarquia brasileira era absolutista, pois seria marcada pela combinação entre despotismo e descaso para com as demandas dos cidadãos. A difusão do republicanismo, por seu turno, seria um estímulo ao surgimento de um sistema político mais afeito aos anseios populares.

### **O tema do desenvolvimento regional: a situação econômica de Paranaguá e a responsabilidade da elite local**

A execução deste estágio da análise requer a apresentação de informações respeitantes à organização social e econômica da Província do Paraná e, particularmente, da cidade de Paranaguá no começo dos anos 1870. Primeiro, cabe destacar que nesse contexto tal cidade era a terceira mais populosa do Paraná. Conforme o recenseamento efetuado pelo Governo imperial em 1872, essa província possuía dezesseis municípios. Em tal época, a referida cidade era composta pelas paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e do Senhor Bom Jesus de Guaraqueçaba. Juntas, elas totalizavam 12.140 habitantes, dos quais 841 eram escravos.<sup>55</sup> A área correspondente à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, a mais urbanizada do município, era constituída por 8.228 habitantes. Desse total, 709 eram cativos.<sup>56</sup>

Segundo, ressalta-se que nesse período as atividades portuárias eram a base da vida econômica de Paranaguá. O porto existente nessa cidade era o principal escoadouro da erva-mate produzida na região de Curitiba, situada no primeiro planalto da província, e em Morretes, município localizado na raiz da Serra do Mar. Iniciada nos anos 1820, a produção ervateira foi a principal atividade da economia paranaense durante o Segundo Reinado.<sup>57</sup>

Para além da agricultura voltada ao abastecimento interno, a economia do Paraná era marcada pela pecuária no segundo e terceiro planaltos, e pelo cultivo do mate no primeiro planalto e no litoral da província. A extração de madeira, por sua vez, foi inerente à economia

---

<sup>54</sup> *Id.*

<sup>55</sup> BRASIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Vol. 9. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, [1874], p. 32.

<sup>56</sup> *Id.*

<sup>57</sup> Acerca da origem e do desenvolvimento da economia ervateira no Paraná, ver LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.



da região litorânea.<sup>58</sup> A grande dependência em relação à produção ervateira foi apontada por diferentes presidentes da província como um problema premente da economia regional.<sup>59</sup> Desde os anos 1850, uma sugestão aventada para modificar tal cenário era a atração de imigrantes europeus, visto que a escassez de mão de obra era situada pelos defensores da imigração como uma das razões do fraco desenvolvimento agrícola do Paraná.<sup>60</sup> Em última análise, quando o *Operário da Liberdade* foi publicado, continuava muito baixa a diversificação dos bens primários oriundos dessa província.<sup>61</sup>

Terceiro, convém observar que o Governo paranaense possuía pouca capacidade de realizar obras de infraestrutura. De 1853 a 1889, houve dezessete ocasiões em que a província registrou déficits em suas contas.<sup>62</sup> Essas restrições orçamentárias são constatadas no fato de que em 1876 o Governo precisou contrair empréstimos junto a negociantes ervateiros para efetuar reparos na Estrada da Graciosa, via de ligação entre o litoral e o planalto.<sup>63</sup> Em síntese, a administração provincial enfrentou constantes dificuldades para aumentar a receita e liquidar suas dívidas.

Em quarto lugar, destaca-se que a elite econômica de Paranaguá ao tempo do Segundo Reinado era composta majoritariamente por correligionários do Partido Conservador. Esses correligionários comandavam instituições como a Câmara Municipal. Nesse período, famílias de políticos conservadores, como os Correia, controlavam os mercados de crédito e de aluguéis naquela cidade.<sup>64</sup> Imóveis urbanos, propriedades rurais, embarcações e escravos eram os principais elementos do patrimônio dessa elite.<sup>65</sup>

---

<sup>58</sup> BALHANA, Altiva Pilatti [et. al.]. *História do Paraná*. Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 139.

<sup>59</sup> IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962, p. 75.

<sup>60</sup> Uma iniciativa pioneira para a fixação de imigrantes no litoral do atual Paraná foi a criação, em 1851, de uma colônia agrícola na Ilha do Superagui. Essa colônia foi fundada sob a liderança do suíço Carlos Perret Gentil. Ver DYSARZ, Caiubi Martins. O sentido histórico da formação de colônias europeias no Paraná: o exemplo de Superagui. *Diálogos*, Maringá, v. 22, n. 3, 2018, p. 186-206.

<sup>61</sup> Respeitante à dinâmica econômica do Paraná provincial, ver SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

<sup>62</sup> CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: [s/e], 1994, p. 31-32.

<sup>63</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 19 maio 1877, p. 2.

<sup>64</sup> Concernente ao enraizamento das famílias dos líderes conservadores na cidade de Paranaguá, consultar CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013. 352f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.

<sup>65</sup> Ver LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (c. 1850-1888)*. 2003. 338f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2003.



Esse quadro socioeconômico foi criticado por Barros Júnior e pelos colaboradores anônimos do jornal. As propostas apresentadas por esses articulistas consistiam na construção de uma estrada de rodagem que fizesse a integração de Paranaguá com o primeiro planalto, e na execução de melhoramentos no cais do porto.<sup>66</sup> A abertura de uma estrada entre Morretes e Paranaguá, municípios que distam entre si cerca de 40 quilômetros, também era reivindicada nesse periódico.<sup>67</sup> O *Operário da Liberdade* publicou textos a favor da reversão de um cenário no qual a vida econômica da cidade era prejudicada pela falta de ligação direta com o interior da província, assim como pela ausência de um projeto que ampliasse a capacidade de operação de embarcações no porto.<sup>68</sup>

Esse periódico advogava que Morretes e Antonina eram cidades cuja vida comercial foi beneficiada pela existência de vias de acesso ao planalto. Dessa forma, Paranaguá estaria em desvantagem em comparação aos municípios vizinhos. Os textos publicados nesse jornal não eram voltados a instigar a antiga rivalidade econômica e política entre Antonina e Paranaguá. Não há, em o *Operário da Liberdade*, textos destinados a atacar os pleitos comerciais de Antonina. De todo modo, o jornal salientou que existia uma desigualdade entre esses municípios quanto à infraestrutura, sobretudo no que tange à ligação com a capital da província.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> O *Operário da Liberdade* não inaugurou a discussão sobre as carências econômicas e as deficiências na infraestrutura do litoral paranaense. Jornais surgidos em décadas anteriores, como o *Commercio do Paraná* e o *Dezenove de Dezembro*, também se ocuparam desses assuntos. Assim, os textos veiculados em o *Operário da Liberdade* evidenciam que os citados problemas obtiveram, a partir dos anos 1850, uma atenção contínua da imprensa regional. Ao tempo do Segundo Reinado, esses assuntos motivavam rivalidades entre municípios vizinhos, assim como provocavam querelas entre os chefes locais dos partidos políticos. Para o conhecimento das obras viárias e portuárias realizadas no Paraná na segunda metade do século XIX, ver FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto Dom Pedro II, na Baía de Paranaguá (séculos XVIII-XX)*. 2022. 324f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2022.

<sup>67</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 30 jul. 1870, p. 1.

<sup>68</sup> *Id.*

<sup>69</sup> Nos anos 1850, as principais rivalidades entre Antonina e Paranaguá eram derivadas de assuntos como a definição do traçado da estrada de rodagem que ligaria o litoral e ao primeiro planalto e a mudança da sede da alfândega existente no litoral do Paraná. Antonina não teve sucesso no pleito para se tornar a sede da alfândega local, a qual estava estabelecida em Paranaguá desde 1827. Porém, o Governo do Paraná construiu a Estrada da Graciosa de modo a atender aos interesses da elite antoninense, visto que tal estrada comunica esse município com a capital do Paraná. O antagonismo entre as referidas localidades se tornou mais acentuado nos anos 1870, por causa da construção de uma estrada de ferro entre o litoral e o planalto. Nessa ocasião, os interesses da elite social de Paranaguá foram vitoriosos, pois essa estrada, inaugurada em 1885, liga Curitiba ao porto dessa cidade. Os líderes do Partido Conservador paranaense estavam comprometidos com a realização dos projetos econômicos dos negociantes residentes em Paranaguá. Na década de 1870, o fato de essa agremiação atuar como situacionista contribuiu para que a decisão sobre o traçado da estrada de ferro atendesse ao pleito da elite social de Paranaguá. Concernente à origem e aos desdobramentos dos embates entre grupos políticos e econômicos de ambas as cidades,



Os colaboradores do jornal entendiam que Paranaguá permanecia em um estado de modorra. Tal situação seria derivada da falta de estradas, bem como da inoperância da elite local para conceber diretrizes que permitissem impulsionar as atividades comerciais no município. Assim, as alternativas econômicas apresentadas nesse periódico eram concatenadas à crítica aos políticos governistas, os quais pertenciam ao Partido Conservador. O *Operário da Liberdade* ressaltou que o caráter retrógrado da economia local era uma consequência do “Aniquilador indiferentismo e mau cálculo de alguns dos seus filhos”.<sup>70</sup>

Em sua edição de 1º de outubro, o jornal publicou um texto anônimo que contém uma crítica aos mandatários do Partido Conservador paranaense, especialmente aos deputados gerais Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Correia, o qual era natural de Paranaguá e integrante de uma família que pertencia à elite política do município. O colaborador anônimo entendeu que esses parlamentares não estavam empenhados na implementação de demandas provenientes daquela cidade. O articulista ressaltou que existia um vínculo entre a decadência econômica de Paranaguá e o retorno do Partido Conservador à condição de agremiação situacionista:

Hoje mais do que nunca a bela cidade de Paranaguá recolhe-se a uma tristeza que denuncia um enfraquecimento notável. Nem ao menos encontra um filho que reclame do abatimento cruel! Dizemos mal – encontra-se, porém, porque os que podem não querem. Os dois deputados [gerais] da província que deviam pugnar incessantemente pelo benefício desta localidade nada fizeram. [...] Todas as tentativas naufragaram, todas as reclamações do comércio foram acolhidas com frases de esperança que nada produziram. E o resultado está aí! A influência do Partido Conservador desconcertou Paranaguá em lugar de conservá-lo. Será fácil reconhecer que esta localidade nunca se achou tão sombria e esmorecida como no atual domínio conservador.<sup>71</sup>

Os membros da elite política de Paranaguá, notadamente os integrantes da Câmara Municipal, também foram alvos das admoestações do *Operário da Liberdade*. Os vereadores, assim como os deputados gerais, foram classificados como indivíduos que nada faziam para promover uma transformação no quadro de paralisia da vida comercial da cidade. Essa crítica foi veiculada em 31 de dezembro de 1870, data do encerramento das atividades do jornal. Leia-se, pois, o seguinte excerto do editorial:

---

ver NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *Engenheiros do Grande Mar Redondo: engenharia e natureza nas baías de Paranaguá e Antonina (1853-1889)*. 2020. 161f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2020. WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *História do Paraná*. 10ª ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010.

<sup>70</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 1 out. 1870, p. 1.

<sup>71</sup> *Id.*



Paranaguá morre à mingua por falta de uma estrada que nos comunique com o interior da província. Esta estrada será incontestavelmente uma fonte perene de engrandecimento para todos, visto ser uma necessidade de primeira ordem para as relações comerciais. Entretanto, o público em geral clama por este benefício e ninguém se move. Nem a Câmara Municipal, que é a representante deste município! Até os representantes desta província [na Câmara dos Deputados] têm-se conservado inativos diante desta necessidade donde depende nossa salvação.<sup>72</sup>

As instâncias municipal e imperial do Poder Legislativo foram percebidas pelo jornal como indiferentes às reivindicações de setores da população de Paranaguá, a exemplo dos comerciantes e dos funcionários públicos.<sup>73</sup> Os conservadores paranaenses foram apresentados nesse periódico como indivíduos interessados unicamente em utilizar seus mandatos para atender aos interesses econômicos e políticos dos membros de seu grupo partidário.

O *Operário da Liberdade* supôs, de maneira tácita, que a negligência na construção de estradas em Paranaguá decorria da pretensão de políticos situacionistas de fortalecer a navegação fluvial.<sup>74</sup> Nessa época, o líder do Partido Conservador no litoral da província era o negociante ervateiro Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), então diretor da *Companhia Progressista de Navegação a Vapor*, cujas atividades foram iniciadas em 1864. A gestão dessa empresa contava com a participação de diversos membros da família Guimarães.<sup>75</sup> Subvencionada pelos governos imperial e provincial, a atuação dessa companhia era circunscrita ao litoral do Paraná.<sup>76</sup>

As edições do *Operário da Liberdade* são marcadas pelo argumento de que os malefícios da atuação política do Partido Conservador eram percebidos nos âmbitos nacional e regional. Na esfera nacional, um malefício seria a postura refratária à revisão constitucional. No entendimento de Barros Júnior, essa agremiação era a principal responsável pela preservação do caráter absolutista do Governo imperial. No plano regional, os interesses privados de políticos ligados àquele partido seriam obstáculos à prosperidade comercial de municípios como Paranaguá. Portanto, as lideranças conservadoras não estariam engajadas na

---

<sup>72</sup> *Operário da Liberdade*, Paranaguá, 31 dez. 1870, p. 1.

<sup>73</sup> *Id.*

<sup>74</sup> *Id.*

<sup>75</sup> Joaquim Américo Guimarães (1817-1870), irmão de Manuel Guimarães, era sócio-proprietário da *Companhia Progressista*. FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía...* Op. cit., p. 154. Um dos gerentes dessa empresa era Manuel Ricardo Carneiro (1830-1900), genro de Manuel Guimarães. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1873, p. 2. Claro Américo Guimarães (1849-1917), filho de Manuel Guimarães, também foi gerente de tal companhia. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 maio 1877, p. 3.

<sup>76</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1873, p. 3.



busca por soluções aos problemas econômicos dessa localidade.

## Considerações finais

Há três resultados deste trabalho que demandam maior atenção. Primeiro, demonstrouse que a criação do jornal *Operário da Liberdade*, em 1870, na cidade paranaense de Paranaguá, é uma evidência de que as propostas de reformas radicais no Estado imperial repercutiram para além das capitais das províncias. Os defensores dessas reformas empreenderam uma oposição à elite dirigente dos partidos monárquicos e indicaram os problemas ocasionados pela resistência dessa elite às mudanças políticas.

O mencionado jornal possibilitou que opositoristas tivessem um veículo para apresentar uma defesa das reformas radicais, bem como para sugerir mudanças no quadro socioeconômico do litoral paranaense. Em um cenário marcado pelo predomínio do Partido Conservador nas instituições políticas nacionais e provinciais, a criação do *Operário da Liberdade* estimulou, ainda que por um curto período, a existência de uma oposição local aos situacionistas.

Segundo, as análises publicadas nesse periódico evidenciam que a adesão dos radicais ao ideário republicano principiou pelo reconhecimento de que as reformas políticas eram incompatíveis com a conservação da Monarquia. O *Operário da Liberdade* surgiu o intuito de defender mudanças no modelo político e administrativo do Império. Porém, no curso de suas edições o jornal passou a advogar que a democratização da vida política e a formação de um governo atento às aspirações populares se tornariam realidade somente em um regime republicano. Dessa forma, a adesão à propaganda republicana foi precedida pelo reconhecimento de que a implementação das ideias radicais era inviável em uma ordem institucional regida pela Constituição de 1824.

Em terceiro lugar, destaca-se que a publicação do *Operário da Liberdade* fomentou a discussão sobre as carências econômicas do município de Paranaguá. A defesa do crescimento da movimentação comercial por meio da construção de estradas de rodagem e de melhoramentos do porto, está presente em distintos números daquele periódico. A sustentação dessas propostas era caracterizada pelo reconhecimento dos entraves à sua efetivação. Ao



abordar esses temas, o jornal reafirmou sua condição de órgão oposicionista, pois condenou os dirigentes locais do Partido Conservador pela falta de compromisso para com o desenvolvimento local.

Nos editoriais de Barros Júnior e nos textos dos articulistas anônimos, encontra-se a ideia de que na esfera nacional a agremiação dominante endossava um modelo centralizado e autoritário de governo. Na escala municipal, os conservadores estariam mais interessados em garantir a viabilização de seus interesses econômicos do que em executar obras de infraestrutura reclamadas por diferentes segmentos da população.

## Referências

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2019.

ALONSO, Ângela. *As ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. 2014. 495f. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979.

BALHANA, Altiva Pilatti [et. al.]. *História do Paraná*. Vol. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 2022.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Vol. 9. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, [1874].

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: [s/e], 1994.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17-41.

\_\_\_\_\_. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX*. Oxford: Center for Brazilian Studies, 2007 (working paper), p. 1-23.



CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013. 352f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.

CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2006.

CUNHA, André Gustavo Lescovitz. *Antônio Joaquim de Macedo Soares e o reformismo imperial na crise da escravidão: década de 1870*. 2020. 261f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DIAS, Vera de Oliveira. *A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870: um estudo comparativo dos jornais Opinião Liberal e A Reforma*. 2008. 142f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2008.

DYSARZ, Caiubi Martins. O sentido histórico da formação de colônias europeias no Paraná: o exemplo de Superagui. *Diálogos*, Maringá, v. 22, n. 3, 2018, p. 186-206.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. 2012. 351f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto Dom Pedro II, na Baía de Paranaguá (séculos XVIII-XX)*. 2022. 324f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2022.

FREITAS, Affonso de A. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Diário Oficial, 1915.

IANNI, Octvio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)*. 2003. 338f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2003.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MARTINS, Romário. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *Engenheiros dos Grande Mar Redondo: engenharia e natureza nas baías de Paranaguá e Antonina (1853-1889)*. 2020. 161f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-



Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2020.

NICOLAU, Jairo. *As eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: IHGEP, 1976.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *O Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da Monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. 252f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *História do Paraná*. 10ª ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010.